

A estratégia do Brasil para¹⁹ obter um empréstimo-ponte

GAZETA MERCANTIL

JAN 1988

por Paulo Sotero
de Washington

O governo brasileiro nega, oficialmente, que tenha sondado o governo dos Estados Unidos sobre sua eventual participação num esquema provisório de financiamento do Brasil. Quando fala em "empréstimo-ponte", o presidente do Banco Central faz questão de esclarecer que o arranjo envolveria somente os bancos. Washington, por sua vez, nega que tenha recebido qualquer pedido do gênero, embora tenha sido consultada a respeito, senão pelo governo brasileiro, por representantes de bancos credores.

Existe, contudo, neste momento uma perceptível preocupação de representantes dos dois governos de não fechar portas e de evitar hostilizar publicamente o Brasil na questão da dívida. Notícias segundo as quais o Tesouro teria sim-

plesmente rechaçado uma tentativa brasileira de envolvê-lo num esquema de financiamento temporário são vistas como contraproducentes pelo governo norte-americano, pois denotaria má vontade de sua parte.

Existem, segundo fontes familiarizadas com os contatos recentes entre os dois governos, duas explicações plausíveis para isso. A primeira é que, mais cedo ou mais tarde, o governo dos EUA sabe que será chamado a participar, direta ou indiretamente, de algum tipo de financiamento provisório para o Brasil. O outro motivo é a estratégia de evitar a simultaneidade de problemas, que tem orientado as ações norte-americanas desde o início da crise da dívida. E o problema do momento não é o Brasil, mas sim a Argentina.

Apesar da indignação dos credores privados e do próprio governo norte-

americano diante da recusa do governo brasileiro de reiniciar o pagamento de juros da dívida de médio e longo prazo neste mês, os homens encarregados de traçar a estratégia de Washington para o problema da dívida estão, neste momento, absorvidos pelo esforço de socorrer o governo do presidente Alfonsín, que tem um pagamento de bônus da ordem de US\$ 400 milhões a fazer nas próximas semanas e está com as suas reservas já praticamente esgotadas.

O encaminhamento do problema argentino, dramatizado no último fim de semana por mais um episódio de rebelião militar, envolve a concessão de um novo empréstimo de curto prazo ao país e de um difícil acerto de arestas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com que a Argentina negociou um programa de ajustamento que não tem condições de cumprir.

A deterioração da situação argentina não reforça, necessariamente, a posição de barganha do Brasil. Nessa área, mesmo alguns porta-vozes categorizados do governo acham que o País está numa situação extremamente precária e deve buscar um acordo rápido, evitando declarações heróicas ou reivindicações fora do cardápio convencional. A preeminência do problema argentino, nas próximas semanas, parece ter aberto um espaço de tempo para que o governo brasileiro, depois de fazer um gesto significativo de concessão aos credores, acelere seus entendimentos com vistas a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e trabalhe para amarrar rapidamente os termos básicos de um acordo de reescalonamento da dívida com os bancos.

Assegurar o acordo com os bancos e avançar nas negociações com o FMI é a chave para garantir a participação dos credores oficiais, direta ou indiretamente, num arranjo provisório de financiamento, que permita ao País sair da moratória. Pelo gosto de Washington, sua participação seria indireta e se ma-

terializaria, por exemplo, sob a forma de desembolsos acelerados do Banco Mundial.

O gesto de concessão aos credores é a essência da mensagem que o presidente do Banco Central (BC), Fernando Milliet, levou a Brasília, no último domingo.

O governo norte-americano deseja, idealmente, que o Brasil retome de imediato o pagamento pleno das reservas, utilizando para isso os recursos das reservas do País, que estão na marca dos US\$ 4 bilhões. O Tesouro insistiu nesse ponto com Milliet. Mas deu ao presidente do BC, ao mesmo tempo, indicações de que poderia deixar por um pouco menos.

Uma declaração formal do governo brasileiro sobre seu desejo de encerrar a moratória, por contraproducente, e o compromisso de voltar a pagar uma porcentagem significativa dos juros vencidos desde 1º de janeiro último num esquema a ser arranjado seriam suficientes, segundo fontes bem informadas, para afastar a atual moldura de negociações e a reclassificação do crédito brasileiro.

Essa solução não agradará inteiramente aos bancos, admitiram fontes financeiras a este jornal. Mas, se a posição de barganha do Brasil não é boa, os credores privados tampouco estão em condições de simplesmente abandonar a mesa de negociações, reconheceram alguns banqueiros ouvidos por este jornal. "Não é correta a informação divulgada no Brasil de que os bancos japoneses e canadenses abandonaram as negociações", disse a este jornal uma fonte do comitê.

"Eles chegaram a ameaçar que sairiam, como fizeram bancos de outros países. Mas a postura que predomina, neste momento, é testar a sinceridade do governo brasileiro nos itens da negociação de médio prazo, para ver se o novo ministro da Fazenda será mais flexível e pragmático que seus antecessores, como anunciou que seria. Até agora, os bancos não notaram nenhuma mudança."